

## - IX -

**GÊNERO NOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO  
EM MUNICÍPIOS CATARINENSES****Liane Vizzotto**Instituto Federal Catarinense (IFC)  
liane.vizzotto@ifc.edu.br**Sandra Simone Höpner Pierozan**Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)  
sandra.pierozan@uffs.edu.br**INTRODUÇÃO**

O presente artigo<sup>2</sup> analisa como é tratado o tema gênero nos Planos Municipais de Educação (PME) em municípios que possuem parcerias público-privadas, na região oeste de Santa Catarina (SC), especificamente na Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC).

Considerando os limites à educação pública sob a lógica das parcerias evidenciado na mercantilização e secundarização da prática docente, questionamos como o tema gênero é concebido e contemplado nos PME.

A propagação de entendimentos que distorcem o sentido educacional do tema gênero, obstaculariza que ele seja tratado como conhecimento escolar. Ao contrário do debate míope, antecipamos que defendemos uma educação baseada na perspectiva da práxis, visto que o conhecimento mais desenvolvido “é aquele que permite a objetivação do ser humano de forma cada vez mais universal e livre. O critério é, portanto, o da plena emancipação humana” (DUARTE et al., 2012, p. 3957).

Por mais que os temas *parcerias público-privadas*, e *gênero* possam individualmente suscitar análises, optamos por apresentar como o gênero é tratado nos PME de municípios que associaram-se a empresas privadas para a atividade educacional. O foco é sete, dos 14

---

<sup>2</sup> O artigo deriva de pesquisa em andamento “A relação público-privada e as políticas de inclusão e diversidade na educação básica: um estudo em municípios catarinenses”. (Edital 19/2018/IFC).

municípios que compõem a AMAUC. Tanto os limites que as parcerias apresentam, como o modo que gênero é tomado equivocadamente, ou ainda, negligenciado podem impactar uma rede de ensino que se proponha emancipatória. A inter-relação destes temas poderá criar limites ainda maiores à uma concepção educativa mais humana, na perspectiva da práxis.

Nessa reflexão, ainda que não consigamos analisar de forma ampla, correspondência destes temas é importante entendermos, inicialmente, como os PMEs propõem suas diretrizes sobre gênero. Neste trabalho, não adentraremos em debates conceituais, visto o objetivo se limitar a termos diagnósticos.

A opção pelos Planos, como fonte de pesquisa, representa a compreensão de que ele expressa uma das principais formas de planejamento educacional em âmbito municipal.

Nas seções seguintes apresentamos breves reflexões sobre os temas e os resultados da pesquisa. Assim demonstramos o panorama das parcerias em SC e na AMAUC. Quanto ao gênero, o conteúdo aborda brevemente sua trajetória no Brasil e, sobre os Planos, evidencia-se a compreensão de que eles representam uma forma de planejamento da educação.

## **A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA, AS PARCERIAS EM SC E NA REGIÃO DA AMAUC**

Sobre a relação público-privada, para esta reflexão, utilizamos a associação dos termos em razão da sua natureza jurídico-administrativa. As políticas educacionais públicas, quando articuladas com o setor privado, são desenvolvidas por agentes externos à administração, podendo ser exercidas por pessoas jurídicas de direito privado com ou sem fins lucrativos.

Tomando a correlação dos termos e o respaldo legal que fortalece as parcerias, observa-se crescimento dessa atividade em Santa Catarina. Em pesquisa anterior apontamos que 71 municípios possuem parcerias, sendo que 42 somente na região oeste (VIZZOTTO, 2018).

Na AMAUC, os parceiros dos municípios são empresas privadas lucrativas. Essa constatação foi possível por meio de consulta aos Portais da Transparência das 14 prefeituras pertencentes a essa Associação, até dezembro de 2018. Destas, sete mantêm parcerias com empresas como a Positivo e Expoente, logo com o setor privado lucrativo.

## **GÊNERO**

O termo foi apresentado oficialmente e inserido no currículo escolar nacional pela primeira vez nos Parâmetros Curriculares Nacionais em 1998, por meio do tema transversal Orientação Sexual, sob o enfoque das relações de gênero.

O documento “Programa de Formação de Professores: gênero e diversidade na escola, orientação sexual e relações étnico-raciais (2009)” trouxe oficialmente os estudos de gênero no contexto educacional, o qual buscou analisar os processos discriminatórios à luz dos direitos humanos, para que nenhuma forma de discriminação fosse tolerada, na escola ou fora dela. O conceito de gênero foi formulado nos anos 1970 com profunda influência do pensamento feminista. Assim, gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos (BRASIL, 2009).

## **PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO**

Em Santa Catarina, segundo dados do SIMEC/MEC<sup>3</sup>, 100% dos municípios têm Planos aprovados.

Desde os anos de 1930, a concepção de Plano de Educação perpassou por influências liberais, de planejamento educacional integrado no planejamento econômico, e visto como simples elaboração de normas para distribuição dos recursos públicos destinados à educação. (HORTA, 1982). Para o autor questões como “quem planeja” e “para que se planeja” a educação, se mantiveram na penumbra desde os primeiros debates.

Os Planos representam modos de organizar o processo de tomada de decisões sobre o futuro educacional, a partir do momento histórico real e concreto, em tese, perpassando governos.

## **DISCUSSÃO DOS RESULTADOS CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Encontramos a indicação de metas e/ou estratégias que contemplam gênero em quatro dos sete municípios estudados. Dessa forma, três sequer mencionam essa questão.

Sobre o conteúdo encontrado, as estratégias dizem respeito à necessidade de formação de professores sobre gênero e diversidade; construção de espaços lúdicos

---

<sup>3</sup> Disponível em: <[http://simec.mec.gov.br/sase/sase\\_mapas.php?uf=SC&tipoinfo=1](http://simec.mec.gov.br/sase/sase_mapas.php?uf=SC&tipoinfo=1)>. Acesso em: 6 set. 2018.

considerando a diversidade étnica e de gênero; implementação de políticas de prevenção à evasão motivadas por preconceitos, que dentre outros fatores encontram-se a identidade de gênero e, por fim, o estímulo a estudos e pesquisas de temas sobre gênero e identidade de gênero.

Considerando o impacto do planejamento das demais esferas, encontramos no Plano Estadual de Educação/SC (PEE), o conteúdo sobre gênero com a mesma redação do contido nos Planos Municipais. O que diferencia o PEE dos PME, é que no primeiro há uma estratégia não observada nos municípios, a saber, adoção de políticas para reduzir as desigualdades étnico-raciais e de gênero [...]. Contudo, se tomarmos o Plano Nacional de Educação (PNE), observa-se a ausência de metas e estratégias sobre o tema.

Vemos, portanto, que nos PME analisados, há maior preocupação com a identidade de gênero, ou simplesmente, com o tema gênero em poucas estratégias. O que nos instiga a querer entender se o quadro constatado se refere apenas ao desnecessário planejamento ocasionado pela supremacia dos sistemas privados que assessoram os municípios ou porque o tema é polêmico e isso implicaria posicionamento da rede de ensino.

Do ponto de vista histórico, o PNE foi aprovado em 2014, sofrendo influência de diversas emendas e sugestões, culminando na eliminação de termos relacionados à gênero. Porém, os PME foram aprovados em 2015, no mesmo período do PEE e mantiveram a temática inserida nos textos. A razão de semelhança entre os PME, pode ser explicada por terem sido construídos à luz do estadual, conforme orientação da UNDIME, que coordenou a construção dos PME em SC.

Por fim, os PME transparecem visão limitada sobre gênero, a qual inibe que o conhecimento seja tratado como saber universal e concebido na sua totalidade. Dão mostras de que não foram amplamente discutidos, considerando sua semelhança com o PEE. Logo, o conteúdo sobre gênero (ou sua ausência), expresso em alguns PME, podem não ser conhecido pelos profissionais da rede.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm)> Acesso em 8 fev. 2019.

BRASIL, **Gênero e Diversidade na Escola Formação de Professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais**, 2009 (versão impressa).

HORTA, J. S. **Liberalismo, tecnocracia e planejamento educacional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1982.

DUARTE, N. et al. **O Marxismo e a questão dos conteúdos escolares**. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/6.17.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/6.17.pdf)> Acesso em: 10 nov. 2018.

SANTA CATARINA. **Plano Estadual de Educação**, 2015 (versão Impressa).

VIZZOTTO, L. **A construção da relação público-privada na educação: um estudo em municípios catarinenses**. 347 f., 2018. Tese (Doutorado), UNISINOS. Disponível em: [http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/7016/Liane%20Vizzotto\\_.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/7016/Liane%20Vizzotto_.pdf?sequence=1&isAllowed=y)> Acesso em 10 jul. 2018